

## **EDITAL PARA CHAMADA DE ARTIGOS PARA O CONGRESSO SOBRE A CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E PUBLICAÇÃO**

O Superior Tribunal de Justiça, a Faculdade de Direito da Universidade de Brasília e a Corte Europeia de Direitos Humanos estão recebendo artigos até 12 de fevereiro de 2020, para o Congresso sobre a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) a ser realizado nos dias 12 e 13 de março de 2020 no Superior Tribunal de Justiça, ocasião em que os autores apresentarão oralmente os seus textos, conforme as regras abaixo designadas. Os artigos serão reunidos e organizados em obra coordenada pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro João Otávio de Noronha, e pelo Juiz da Corte Europeia de Direitos Humanos Paulo Pinto de Albuquerque. A obra será publicada no dia 25 de setembro de 2020, dia do 28.º aniversário da entrada em vigor da CADH no Brasil. A obra será publicada no Brasil, na forma impressa, e, na via *online*, pelo Conselho da Justiça Federal. Os artigos deverão ser enviados nos endereços [CADH@stj.jus.br](mailto:CADH@stj.jus.br) [mamedesaid@gmail.com](mailto:mamedesaid@gmail.com) e [albuquerque@echr.coe.int](mailto:albuquerque@echr.coe.int). Os trabalhos encaminhados para publicação deverão ser inéditos e redigidos em português ou espanhol, sendo de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos serão publicados após a apreciação do Conselho Científico do Congresso, que analisa sua pertinência com a temática anexa a este Edital. Os nomes dos *referees* permanecerão em sigilo, omitindo-se também, perante estes, os nomes dos autores. O envio de qualquer colaboração implica automaticamente a autorização de sua publicação. Devem-se observar as seguintes regras:

- a) os textos deverão ser encaminhados diretamente com identificação completa e acompanhados de ficha de identificação dos autores em arquivos separados;
- b) os trabalhos devem ser apresentados em Word, papel A4, em espaçamento 1,5 justificado, com margens esquerda e direita de 3 cm, margens superior e inferior de 2,5 cm;
- c) a digitação será em fonte Times New Roman, tamanho 12 (doze) e as páginas deverão ser numeradas no canto inferior à direita;
- d) Os artigos devem conter entre 8000 e 16000 palavras, incluindo notas de rodapé. Na primeira página do trabalho devem constar: a) título do artigo e subtítulo (apresentar na língua do texto e em inglês, em caixa alta, Times New Roman 12, negrito e centralizado); b) dados sobre o(s) autor(es) (nome do autor em Times New Roman 12, centralizado e negrito, com indicação em nota de rodapé do maior título universitário, a instituição a que pertence e endereço eletrônico que possa ser publicado) e, em arquivo separado, além desses dados completos, o endereço para correspondência e telefone para contato. Resumo e *abstract* (Times New Roman 12, espaçamento simples);
- e) o resumo deve ser apresentado uma linha após o nome do autor, na língua do texto, e o *abstract* em língua inglesa e não ultrapassar 250 palavras (10 linhas). Palavras-chave e *keywords* correspondem às palavras que identificam o conteúdo do trabalho. Em uma linha após o resumo, apresentar no máximo 5 palavras separadas por ponto (.) (na língua do texto e em inglês) que permitam a adequada indexação do trabalho. Após duas linhas, iniciar o texto do trabalho;

f) não incluir referências bibliográficas nas notas de rodapé; a bibliografia será citada no texto do trabalho, entre parênteses, por meio do sobrenome em letras maiúsculas, separada por vírgula do ano de publicação e seguida por paginação, como, por exemplo: (SOUZA, 1997) ou (SOUZA, 1997, p. 33), ou incorporada ao parágrafo em minúsculo, como, por exemplo: Segundo Souza (1997);

g) a jurisprudência será citada nas notas de rodapé de acordo com os seguintes exemplos:

Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, *Escher et al. c. Brasil*, Relatório n.º 18/06, 19 abril 2006, § 38;

Corte Interamericana dos Direitos Humanos, *Acevedo Buendía et al. (“Demitidos e Aposentados da Controladoria”) c. Peru*, Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas, 1 julho 2009, Series C N.º 198, § 38;

Corte Interamericana dos Direitos Humanos, *A instituição do asilo e o seu reconhecimento como um direito humano no sistema interamericano de proteção*, Opinião Consultiva OC-25/18, 30 maio 2018, § 38;

Corte Europeia de Direitos Humanos, *Chahal c. Reino Unido* [GC], n.º 22414/93, § 38, 15 novembro 1996;

Corte de Justiça da União Europeia, *Abdida*, C-562/13, § 38, 18 dezembro 2014.

h) os oradores devem possuir o título de doutor em Direito ou ser Juiz de Direito ou Procurador do Ministério Público de Tribunal dos países que ratificaram a CADH;

i) os oradores deverão inserir no e-mail o campo temático do artigo conforme a seguinte divisão de matérias:

## **I - OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CADH**

### **1. O valor da Dignidade Humana na CADH**

### **2. O valor da Liberdade na CADH**

### **3. O valor da Igualdade na CADH**

### **4. O valor da Solidariedade na CADH**

### **5. O valor da Democracia na CADH**

## **II. O CONTEXTO DA CADH**

### **A. O CONTEXTO REGIONAL**

#### **6. As relações entre a CADH e a Constituição da Argentina**

#### **7. As relações entre a CADH e a Constituição da Bolívia**

#### **8. As relações entre a CADH e a Constituição do Brasil**

#### **9. As relações entre a CADH e a Constituição da Costa Rica**

#### **10. As relações entre a CADH e a Constituição do Chile**

#### **11. As relações entre a CADH e a Constituição da Colômbia**

#### **12. As relações entre a CADH e a Constituição do Equador**

#### **13. As relações entre a CADH e a Constituição do México**

#### **14. As relações entre a CADH e a Constituição do Peru**

### **B. O CONTEXTO MUNDIAL**

#### **15. As relações entre a CADH e o direito internacional geral**

#### **16. As relações entre a CADH e o direito internacional humanitário**

#### **17. As relações entre a CADH e o direito internacional penal**

#### **18. As relações entre a CADH e o direito internacional da biomedicina**

#### **19. As relações entre a CADH e o direito internacional do mar**

20. As relações entre a CADH e o direito internacional económico, do comércio e do investimento
21. A relação entre a CADH e o direito internacional tributário
22. As relações entre a CADH e o direito internacional privado
23. As relações entre a CADH e o direito internacional processual civil
24. As relações entre a CADH e a Convenção Europeia dos Direitos Humanos
25. As relações entre a CADH e o Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia
26. As relações entre a CADH e a Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos
27. As relações entre a CADH e o direito internacional das pessoas com deficiência (Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência)
28. As relações entre a CADH e o direito internacional dos direitos culturais
29. As relações entre a CADH e o direito comparado

### **III. OS DIREITOS E AS LIBERDADES DA CADH**

#### **A. DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS**

##### **Artigo 3. Direito ao reconhecimento da personalidade jurídica**

30. Direito ao reconhecimento da personalidade jurídica na CADH

##### **Artigo 4. Direito à vida**

31. Direito à vida na CADH
32. Proibição da pena de morte na CADH
33. As exceções ao direito à vida na CADH
34. Aborto na CADH
35. Procriação medicamente assistida na CADH
36. Eutanásia na CADH

##### **Artigo 5. Direito à integridade pessoal**

37. Direito à integridade física na CADH
38. Direito à saúde na CADH
39. A proibição de tortura e penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes na CADH
40. A execução das penas privativas da liberdade na CADH

##### **Artigo 6. Proibição da escravidão e da servidão**

41. Proibição da escravidão e da servidão na CADH
42. A permissão de trabalhos forçados ou obrigatórios na CADH

##### **Artigo 7. Direito à liberdade pessoal**

43. Os fundamentos para a privação da liberdade pessoal na CADH
44. As garantias processuais da pessoa privada de liberdade na CADH
45. Proibição da prisão por dívidas na CADH

##### **Artigo 8. Garantias judiciais**

###### **A. Processo Civil**

46. O conceito de “direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza” na CADH
47. O conceito de tribunal (“tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei”) na CADH

- 48. Direito de acesso a um tribunal, a mediação e a arbitragem na CADH**
- 49. Direito a ser ouvido, “com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável” na CADH**
- 50. O processo civil declarativo brasileiro à luz do artigo 8 da CADH**
- 51. O processo civil executivo brasileiro à luz do artigo 8 da CADH**
- 52. Os recursos no processo civil brasileiro à luz do artigo 8 da CADH**
- 53. A aplicação da CADH na arbitragem**

#### **B. Processo Penal**

- 54. O conceito de “acusação penal” na CADH**
- 55. As garantias mínimas do processo penal na CADH**
- 56. A presunção da inocência na CADH**
- 57. O processo penal brasileiro à luz da CADH**

#### **C. Outros Processos**

- 58. As garantias do processo administrativo na CADH**
- 59. O processo administrativo brasileiro à luz da CADH**
- 60. As garantias do processo fiscal na CADH**
- 61. O processo fiscal brasileiro à luz da CADH**
- 62. As garantias do processo trabalhista na CADH**
- 63. O processo trabalhista brasileiro à luz da CADH**
- 64. As garantias do processo disciplinar na CADH**
- 65. O processo disciplinar brasileiro à luz da CADH**

#### **Artigo 9. Princípio da legalidade e da retroatividade**

- 66. Princípio da legalidade criminal**

#### **Artigo 10. Direito a indenização**

- 67. Direito a indenização por erro judiciário na CADH**

#### **Artigo 11. Proteção da honra e da dignidade**

- 68. Direito ao respeito pela honra na CADH**
- 69. Direito ao respeito pela vida privada na CADH**
- 70. Direito ao respeito pela vida familiar na CADH**
- 71. Direito ao respeito pelo domicílio na CADH**
- 72. Direito ao respeito pelo ambiente na CADH**
- 73. Direito ao respeito pela correspondência na CADH**

#### **Artigo 12. Liberdade de consciência e de religião**

- 74. Liberdade de consciência na CADH**
- 75. Liberdade de religião na CADH**

#### **Artigo 13. Liberdade de pensamento e de expressão**

- 76. Liberdade de pensamento e de expressão na CADH**
- 77. Liberdade de expressão na internet na CADH**
- 78. Liberdade de expressão do whistleblower na CADH**
- 79. Liberdade de imprensa na CADH**
- 80. O discurso de ódio na CADH**

**Artigo 14. Direito de retificação ou resposta**

**81. Direito de retificação ou resposta na CADH**

**Artigo 15. Direito de reunião**

**82. Direito de reunião na CADH**

**Artigo 16. Liberdade de associação**

**83. Liberdade de associação na CADH**

**84. Liberdade sindical na CADH**

**85. Direito à negociação coletiva e à greve na CADH**

**Artigo 17. Proteção da família**

**86. A noção da “família” na CADH**

**87. Direito ao casamento na CADH**

**88. Igualdade de direitos e adequada equivalência de responsabilidades dos cônjuges na CADH**

**89. Igualdade de direitos dos filhos nascidos fora e dentro do casamento na CADH**

**Artigo 18. Direito ao nome**

**90. O direito ao nome na CADH**

**Artigo 19. Direitos da criança**

**91. Os direitos da criança na CADH**

**Artigo 20. Direito à nacionalidade**

**92. O direito à nacionalidade na CADH**

**Artigo 21. Direito à propriedade privada**

**93. O direito à propriedade privada na CADH**

**Artigo 22. Direito de circulação e de residência**

**94. O direito de circulação na CADH**

**95. O direito de residência na CADH**

**96. A expulsão de nacionais na CADH**

**97. A expulsão de estrangeiros na CADH**

**98. O direito ao asilo na CADH**

**Artigo 23. Direitos políticos**

**99. Os direitos políticos na CADH**

**Artigo 24. Igualdade perante a lei**

**100. A igualdade perante a lei na CADH**

**Artigo 25. Proteção judicial**

**101. O direito à proteção judicial contra atos que violem direitos fundamentais na CADH**

**B. DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS**

**Artigo 26. Desenvolvimento progressivo**

**102. A tutela gradual dos direitos econômicos, sociais e culturais na CADH**

**IV - O REGIME DA CADH**

- 103. Esgotamento dos meios internos na CADH**
- 104. Suspensão das garantias na CADH**
- 105. Cláusula federal na CADH**
- 106. Interpretação da CADH**
- 107. Alcance das restrições aos direitos na CADH**
- 108. Reconhecimento de outros direitos na CADH**
- 109. Reservas à CADH**
- 110. Denúncia da CADH**

**V - OS ESTATUTOS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO**

- 111. A proteção especial das mulheres pela CADH**
- 112. A proteção especial de crianças pela CADH**
- 113. A proteção especial de idosos pela CADH**
- 114. A proteção especial de doentes pela CADH**
- 115. A proteção especial de pessoas portadoras de deficiência pela CADH**
- 116. A proteção especial dos trabalhadores pela CADH**
- 117. A proteção especial dos estrangeiros e imigrantes pela CADH**
- 118. A proteção especial dos refugiados e requerentes de asilo pela CADH**
- 119. A proteção especial das minorias nacionais, religiosas, étnicas e outras pela CADH**

**VI - COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

- 120. Organização**
- 121. Funções**
- 122. Competência**
- 123. Processo**

**VII - CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

- 124. Organização**
- 125. Competência e funções**
- 126. Procedimento**
- 127. Disposições comuns à Comissão e à Corte**

O Superior Tribunal de Justiça disponibilizará o auditório e as seguintes facilidades: traslados internos por meio de vans e o almoço nas dependências do Tribunal.

Brasília, 6 de novembro de 2019,

ALFREDO LEONI  
Secretário-Geral do Congresso